

### **Veneno em dose dupla: ASI e SSP, espionagem, controle e repressão na UnB.**

PAULO EDUARDO CASTELLO PARUCKER (\*)<sup>1</sup>

Sessenta e duas mil, trezentas e vinte e oito folhas de papel compõem o que, hoje em dia, é chamado de "Fundo ASI-UnB", conjunto de documentos custodiado pela Coordenação Regional de Brasília do Arquivo Nacional (COREG/AN). Uma parte substancial dessa documentação resultou do trabalho sistemático de espionagem e controle realizado por dois órgãos aparentemente inofensivos da burocracia da Universidade de Brasília.

Essa volumosa quantidade de papéis (que inclui também algumas fotografias) originou-se da constituição, entre 1964 e 1985, dos arquivos que, a partir de 1971, passaram a ser de um desses órgãos, a Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília, ASI/UnB. E um dos órgãos que mais contribuíram para que se chegasse a tamanho volume de documentos naqueles arquivos foi o Serviço de Proteção ao Patrimônio da Universidade de Brasília (SPP/UnB, anteriormente Seção de Vigilância).

As páginas a seguir pretendem, resumidamente, por meio de alguns exemplos concretos, fazer um esboço da atuação desses órgãos. Exploro, aqui, de modo superficial, uma pequena parcela do vasto conjunto de fontes para a história da repressão ditatorial e do movimento de oposição e resistência, no âmbito da UnB, sobretudo ao longo da década de 1970.

Nesse sentido, importa assinalar, preliminarmente, duas questões ligadas à especificidade dessa documentação, parte diminuta do que se tornou usual chamar de “arquivos da ditadura”.

A primeira delas diz respeito ao contexto mais amplo no qual se insere esse recorte da história do tempo presente. Nas décadas de 1960, 70 e 80, a América Latina foi palco de numerosas experiências históricas com o traço em comum de serem governos ditatoriais, de cunho militar, sob a hegemonia dos Estados Unidos, o influxo da Doutrina de Segurança Nacional e o recurso intensamente explorado à informação como uma das principais armas da *Guerra Fria*. E tal arma, a informação, era um conhecimento de aplicação imediata, pois, como apontam Caroline Bauer e René Gertz, “através dos dados armazenados em arquivos militares e policiais orientavam-se as operações repressivas”. Ainda conforme esses autores,

---

<sup>1</sup> (\*) Graduado em História (UnB), Mestre em História Social do Brasil (UFF), Consultor Legislativo da Câmara Legislativa/DF, membro da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB (CATMV-UnB).

tratou-se de “criar registros, redigir informes, organizar prontuários e arquivos. Manter e alimentar esses registros, acumulá-los e ordená-los, [tudo isso] fazia parte das tarefas habituais das ditaduras sul-americanas” (BAUER e GERTZ, 2009: 175).

A segunda questão, mais propriamente um alerta metodológico, aponta para o fato de que esse tipo de documentação — como, de resto, qualquer outra fonte histórica —, deve ser tratado com os cuidados necessários para que o pesquisador não incorra no erro, nada incomum, de reproduzir acriticamente o conteúdo ou suponha como verdade algo que é apenas um registro, uma representação da realidade, sujeita a falseamentos e incorreções, involuntárias ou não. Afinal, "os documentos da ditadura não são um testemunho da verdade, mas a memória do arbítrio", isto é, eles dizem menos acerca de quem era vigiado do que do regime que vigiava (FICO, 2001: 178).

Retomando o fio da exposição, começo a tarefa de esboçar a atuação da ASI/UnB (cuja primeira denominação foi Assessoria para Assuntos Especiais, AAE) e do SPP/UnB pela tentativa de contextualizar a criação e o funcionamento desses órgãos, que, entre 1969 e 1971, passaram a integrar a estrutura administrativa da UnB. Assim, vale recuar até alguns anos antes e identificar, na inauguração da Universidade de Brasília, em 1962, a manifestação de um projeto de ensino superior, capitaneado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, que, não sendo propriamente revolucionário, era inovador e crítico aos padrões estabelecidos. Isso, desde logo, granjeou a antipatia de setores conservadores da sociedade. Tanto assim que, já em abril de 1964, a universidade sofreu a primeira de uma série de invasões de forças policiais e militares, resultando na prisão de mais de uma dezena de professores não alinhados ao novo bloco que, com o golpe civil-militar, tomou de assalto o poder. As demissões que a partir de então se sucederam só reforçaram esse quadro de derrota das forças democráticas.

No pós-golpe de 1964, professores e estudantes se mobilizaram, sem sucesso, para barrar a escalada ditatorial, até que, em 13 de dezembro 1968, o Ato Institucional nº 5 veio sufocar, por longo tempo, as tentativas de oposição ao regime e aprofundou o quadro do Estado de exceção, que, importa assinalar, já estava em curso<sup>2</sup>. O tristemente famoso "AI-5" suprimiu qualquer vestígio de Estado de direito que ainda houvesse no arcabouço jurídico, como o direito ao *habeas corpus*, a possibilidade de apreciação judicial de atos estatais e a

---

<sup>2</sup> Mencione-se, por exemplo, a Constituição de 24/01/67, a Lei de Segurança Nacional (nº 5.250, de 09/02/67), o Decreto nº 60.417, de 17/03/67 (Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos); e o Decreto nº 60.940, de 04/07/67 (reformulou o sistema de segurança e informações dos Ministérios).

exigência de comunicação imediata pela autoridade policial, para a Justiça, das prisões realizadas. Em suma, criando as condições para que, mesmo ao arrepio das leis da ditadura, ocorressem capturas e prisões ilegais, torturas, assassinatos e "desaparecimentos" de opositores, a cargo das forças de (in)segurança do regime, o AI-5 transformou em padrão o terrorismo de Estado.

Remodelando-se, o regime reformulou todo o aparato de combate à subversão (isto é, àquilo que, na ótica governamental, corresponderia a todo e qualquer comportamento não enquadrado como efetivo apoio ao golpe e ao governo ditatorial que se instalou). Nos termos da Doutrina de Segurança Nacional, tratou de implantar, em toda a administração pública direta (ministérios, superintendências regionais, secretarias etc.) e indireta (empresas públicas, autarquias, fundações etc.), com apoio na iniciativa privada, um sistema de vasos comunicantes. Conectavam-se, de um lado, os chamados órgãos de *informações de segurança* (espionagem) e, de outro, os ditos órgãos de *operações de segurança* (repressão), cimentando níveis inéditos de controle sobre a sociedade. Importa frisar essa característica dos chamados vasos comunicantes, para afastar qualquer ilusão de que a espionagem, comparada à repressão propriamente dita, era mais "inofensiva". Afinal, como ressaltado anteriormente, as informações — obtidas, não raro, por delações, infiltrações, violação de correspondência, rádio-escuta etc. —, serviam também para instrumentalizar as ações ditas operacionais (capturas, interrogatórios, prisões etc.), tornando-as duas faces de um mesmo processo.

Foi nesse novo estágio da ditadura que surgiram os órgãos sobre os quais recai o foco do presente trabalho. Em maio de 1969, a reitoria da UnB obteve da Câmara Federal, conforme havia solicitado, a cessão de dois funcionários. Foram justamente tais servidores que se tornaram, pouco depois, chefes, respectivamente, da Assessoria para Assuntos Especiais (AAE, depois ASI) e do Serviço de Proteção ao Patrimônio (SPP).

A propósito, é bastante ilustrativo desse novo patamar que alcançaram as ações repressivas dos governos militares o primeiro Relatório de Atividades que a então Assessoria para Assuntos Especiais da UnB apresentou para a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC), em fins de 1971.<sup>3</sup> Por esse relatório, fica-se sabendo que a AAE, cujo "objetivo ideal" de serviço era nada menos do que "saber de tudo — e antes de todos — o que se passa em sua área", tinha muitos "clientes": entre outros, a

---

<sup>3</sup> A Assessoria para Assuntos Especiais foi criada por meio do Ato da Reitoria UnB nº 102/71, de 19/02/1971.

DSI/MEC, o Comando Militar do Planalto/11ª Região Militar (CMP/11ªRM, Exército), a agência central do Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Departamento de Polícia Federal (DPF), o qual, aliás, destacava-se "formulando pedidos de informações verbais, quase que diariamente, através de agentes credenciados".<sup>4</sup>

Esse mesmo Relatório esclarece, ainda, a outra ponta do fio que ligava a AAE (ASI/UnB) à rede de órgãos de segurança e informações do governo. Refiro-me aos contatos internos à UnB, os quais também compunham uma rede. Segundo o chefe da AAE (ASI/UnB), para a consecução de suas tarefas, contava com apoio no "próprio complexo administrativo da UnB", recorrendo ao Serviço de Pessoal para informações sobre professores e funcionários técnico-administrativos, e à Diretoria de Assuntos Educacionais, para informações sobre estudantes. E, acrescentava ele, podia ainda recorrer a "pessoas que, apesar de não pertencerem nem a um nem a outro, tem um "fichário de memória" [*sic*, memória] sobre quantos trabalham ou trabalharam na UnB." Uma das formas de atuação daquela Assessoria era buscar informações "junto aos superiores hierárquicos (Chefes de Departamentos e Diretores de Unidades) para sabermos a conduta de tal ou qual professor"; no caso de alunos, além dessas fontes, "vamos ao Secretário Administrativo de cada Unidade (que é sempre um servidor burocrata)"; por fim, tratando-se de suspeita sobre "Chefes de Departamentos e Diretores de Unidades, valemo-nos do Vice-Reitor, professor José Carlos de Almeida Azevedo (...)".

Essas eram somente algumas das fontes que alimentavam a ASI/UnB; havia várias outras. Por exemplo, mencione-se o Serviço de Protocolo e Arquivo (SPA/UnB), que interceptou correspondência posteriormente remetida pela ASI/UnB à DSI/MEC<sup>5</sup>. Tratava-se, nesse caso concreto, de correspondência da Comissão Universitária da USP (Universidade de São Paulo) e da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), dirigida ao Diretório Acadêmico do curso de Engenharia Florestal da UnB. O expediente violado convidava essa entidade estudantil para reunir-se em São Paulo com outras entidades estudantis, para tratar de pauta contra o Decreto-

---

<sup>4</sup> Assessoria para Assuntos Especiais, "Relatório Anual de Atividades", p.2-5 do Anexo ao Ofício Confidencial Of.Fub.C. nº 040/71, de 15/10/71 (para a localização do documento no sistema do Arquivo Nacional é usada a seguinte notação: BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0160, p.1-6)

<sup>5</sup> Informação ASI/UnB nº 016/76, de 05/04/76 (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0071, p.110-114).

Lei nº 477 e o AI-5, pelo fim das prisões, torturas e assassinatos políticos, pela anistia aos presos e exilados políticos, pela liberdade de organização, manifestação e expressão etc.

Apesar de haver fontes de diversas naturezas, a origem de uma vasta quantidade de informações relacionadas a aspectos de oposição ao regime, em especial o movimento estudantil, era mesmo o SPP, verdadeira usina de relatórios sobre atividades dos estudantes.

Assim é que, por exemplo, quando os estudantes da UnB, tentando superar o silêncio e a passividade impostos pela dura legislação que coibia qualquer expressão política no âmbito universitário (nomeadamente o Decreto-Lei nº 477, de 26/02/69), passaram a se mobilizar pela “representação estudantil” admitida pelos estatutos da universidade, o SPP logo produziu um detalhado relatório para a administração superior. Denominando-o “Retrospectiva do 2º período letivo de 1974”, o chefe do SPP debruçou-se sobre a “Movimentação Estudantil” para retratar tais atividades, o que resultou em um documento com anotações específicas de 17 dias diferentes, entre 11/09 e 05/12, incluindo reuniões e assembleias, manifestações na reitoria e no MEC, panfletos e boletins informativos, sempre com a identificação nominal (em um dos casos, recorrendo a fotografias) e número de matrícula dos estudantes envolvidos.<sup>6</sup> Entre as notas da Retrospectiva, havia uma sobre a tentativa levada a cabo pelos estudantes (mas frustrada pelo SPP e pelo Decano de Assuntos Comunitários) para reproduzir o boletim informativo do conselho de representantes estudantis na mecanografia de um departamento. Havia, também, observações sobre duas reuniões e uma assembleia realizadas, respectivamente, em salas e anfiteatro do Instituto Central de Ciências – ICC. Afora isso, nada mais havia, nesse conjunto de notas, sobre patrimônio da universidade (e mesmo essas notas nada mencionavam especificamente sobre os referidos espaços físicos), todo o resto destacando o caráter político das articulações estudantis.

Na extensa documentação do Fundo ASI-UnB, como foi dito anteriormente, há muito material fornecido pelo SPP/UnB. Verdade seja dita: nem toda a documentação proveniente do SPP era fruto das atividades de espionagem, como pode ser exemplificado em dois documentos, a saber: a) uma apostila de prevenção e combate a incêndio, elaborada pelo SPP e distribuída aos funcionários da universidade (inclusive os da ASI/UnB); b) um expediente do SPP com cópias de ocorrências registradas pelos seus servidores e repassadas à polícia,

---

<sup>6</sup> “Retrospectiva do 2º período letivo de 1974”, “(...) trabalho elaborado pelo Serviço de Proteção ao Patrimônio – SPP/UnB”, datado de 10/02/75 (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0059, p.15-19.)

enviado à ASI/UnB com o fito de contestar uma reportagem do jornal Correio Braziliense (segundo a qual de pouco adiantava aquele serviço de vigilância, pois seguia havendo crimes na UnB, como o então recente assalto e espancamento de uma cozinheira quando deixava o *campus*, à noite). Entre as ocorrências listadas pelo SPP nessa oportunidade estavam as seguintes: localização de bicicletas, motos e carros roubados e/ou abandonados no *campus*, ocorrências de distúrbio no Alojamento Estudantil por não-morador, ocorrência de ato sexual em automóvel, etc.).<sup>7</sup>

Nem tudo, como se viu, era espionagem, mas, de qualquer modo, muita coisa o era. A esse respeito, vale citar, como exemplo, os numerosos relatórios e informes apresentados pelo chefe do SPP ao Decano de Assuntos Comunitários ou diretamente à ASI/UnB. Somente entre 1975 e 1977, constam 17 expedientes desse tipo, dando conta dos mais variados assuntos, a quase totalidade referindo-se ao movimento estudantil<sup>8</sup>. Ali havia relatos de reuniões de estudantes na sala da Representação Estudantil da Medicina, para tratar da edição de um jornal, da elaboração de um questionário a ser aplicado aos alunos sobre as condições do curso etc. Havia também informações dando conta do movimento de boicote organizado pelos estudantes contra os altos preços cobrados pelo Restaurante Universitário, a que deram o nome de “Bandejinha” (em que os próprios estudantes elaboravam e serviam refeições mais simples, a preços simbólicos, ganhando a adesão inclusive de funcionários). Havia relatos sobre a paralisação das aulas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que precedeu o grande movimento grevista que tomou a UnB em 1977, e, claro, várias e minuciosas descrições de todos os desdobramentos dessa longa greve de 1977, a qual contou com várias invasões policiais ao *campus*, centenas de prisões, suspensões, expulsões, indiciamentos de estudantes na Lei de Segurança Nacional etc.

Por meio desses relatos, ficamos conhecendo aspectos do *modus operandi* dos vigilantes como correia de transmissão da estrutura repressiva. Por exemplo, um informe dá conta de que, em 1975, havia sido anunciada uma visita do Senador Jarbas Passarinho à UnB,

---

<sup>7</sup> O primeiro exemplo encontra-se no Memorando Circular M-SPP nº 230, de 14/08/75, que encaminha apostila de prevenção a incêndio (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0112, p.1-9); o segundo exemplo refere-se à Carta Circular SPP S/Nº, de 04/04/77, do Chefe do SPP ao Chefe da ASI/UnB, que encaminha cópia de material jornalístico de 31/03 e 01/04/77, bem como cópias de ocorrências efetivadas no *campus* por servidores do SPP (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AGR\_0114, p.1-7).

<sup>8</sup> Veja-se, entre outros, os seguintes registros: BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0100, pp.1-4; BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0059, pp.15-19, 38-40, 44-49, 53-54; BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0024, p.29-31; BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0092, p.5-7; e BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_AJD\_0038, p.19-25.

para proferir conferência sobre “problemas da Educação no Brasil”, a convite da representação estudantil do Departamento de Geografia e História. No dia seguinte ao anúncio, feito por meio de cartazes afixados nas paredes do ICC, o chefe do SPP entrou em contato com a reitoria, que desconhecia tal iniciativa; ademais, identificou que alguns alunos já estavam afixando cartazes de protesto contra a referida visita, sinalizando uma manifestação de repúdio ao parlamentar. No informe consta que o “SPP providenciou, logo oportuno e de maneira discreta, o recolhimento dos cartazes já referidos”. No dia seguinte, a imprensa anunciou que não mais haveria a anunciada visita.<sup>9</sup>

Outro procedimento relativamente comum nos registros oriundos do SPP nos arquivos da ASI/UnB é o recurso a informantes, nem sempre de forma bem sucedida, diga-se. A título de exemplo, vale mencionar o Relatório SPP nº 01/77, de 23/06/77, que traçou uma minudente retrospectiva diária do movimento grevista desde sua eclosão, em 31/05/77, até o dia 22/06/77, véspera da entrega do relatório à reitoria. Nesse documento, ao mencionar os acontecimentos de 06/06/77, referiu-se a uma peça teatral que antecedeu a assembleia realizada, pela manhã, na entrada Norte do ICC, que contou com aproximadamente 350 estudantes presentes. No relato consta, textualmente, que “não foi possível saber o título da peça teatral, uma vez que o informante viu apenas parte dela.”<sup>10</sup> Outra menção explícita a esse recurso de obtenção de informações consta do Informe SPP nº 19/77, de 07/11/77: “Às 09:30h foi visto um grupo de aproximadamente 8 (oito) alunos entrando em salas de aula e transmitindo algo que não foi ouvido pelo informante.”<sup>11</sup>

Com efeito, o SPP procedia a um amplo mapeamento das atividades do movimento estudantil e, de um modo geral, sempre concluía seus informes e relatos com uma lista dos estudantes identificados nominalmente e por número de matrícula (o que indica acesso imediato a esse cadastro, pois os relatos e informes eram quase sempre elaborados no próprio dia das ocorrências relatadas). De especial interesse, nesse caso, é o expediente que, em relação à crise de 1977 na UnB (com a impactante greve que eclodiu em 31/05, levou cerca de três meses até começar a arrefecer e presenciou incontáveis invasões policiais, bem como numerosas prisões e punições de estudantes), trazia duas listas com nomes de alunos. A primeira relacionou mais de 70 estudantes como os que foram mais ativos entre os dias 1º e

<sup>9</sup> BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0059, p.9.

<sup>10</sup> Relatório SPP nº 01/77, de 23/06/77, p.45 (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_MPL\_0110, p.51.)

<sup>11</sup> Relatório SPP nº 19/77, de 07/11/77, p.1 (BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0092 p.8.)

02/06/77, assinalando em frente a cada nome as letras A ou B, conforme fossem do “1º escalão” ou do “2º escalão do movimento estudantil”, seja lá o que isso quisesse dizer. A segunda lista apresentou o nome de mais de 50 estudantes que tiveram “participação ativa no movimento” durante o mês de junho de 1977, sinalizando graficamente à frente de vários deles como os que foram mais atuantes no movimento estudantil e os que mais se destacaram em intervenções nas assembleias. O curioso nessas listas é que, comparando-as às listas com as dezenas de alunos que, no mês seguinte, receberam sanções de suspensão (por até 90 dias) e outras tantas dezenas de alunos expulsos pela reitoria, vê-se com clareza que a severidade das penas disciplinares impostas pelo reitor acompanhou à risca tais indicações.

Antes de concluir essa breve exposição, há ainda um aspecto interessante a ser destacado em relação ao papel do SPP na rede repressiva. Tendo visto já a extensa interface do SPP com a ASI/UnB, refiro-me agora às suas ligações com órgãos repressivos externos à universidade. Encontram-se registradas na documentação algumas conexões, sem que se possa definir com clareza o grau e as formas assumidas por tais ligações. Como exemplo, veja-se o episódio ocorrido durante a parada militar do Dia da Independência, no Eixo Rodoviário, em Brasília, de que nos dá notícia a Informação ASI nº 107/77, de 30/09/77.<sup>12</sup> Esse expediente confirmava à DSI/MEC que, de fato, naquela oportunidade, houve a distribuição do manifesto “Por uma Verdadeira Independência”, assinado pelo Diretório Universitário da UnB, o qual seguia anexo. O detalhe revelador é que a cópia do panfleto de que a ASI/UnB dispunha “foi fornecida pela Polícia ao Serviço de Proteção ao Patrimônio da UnB”. A propósito, naquela ocasião, um aluno da UnB, “do Curso de Educação Física, foi preso pela Polícia do GDF e posteriormente liberado.”

Para encerrar essa breve reflexão, iniciada em texto anterior (PARUCKER, 2013), aponto três linhas de força que ficam por explorar em torno da presente matéria. A primeira destaca as amplas possibilidades e perspectivas de trabalho que se abrem atualmente sobre o acervo em questão, não apenas no tocante às pesquisas propriamente ditas como às práticas de ensino da investigação em arquivo. Em segundo lugar, importa frisar a necessidade de uma reconsideração a ser feita pela sociedade a respeito das vítimas do período ditatorial, ampliando esse rol para incluir não apenas a fração que se lançou à luta armada e que sofreu diretamente com as indizíveis experiências de prisão, tortura, exílio, assassinato,

---

<sup>12</sup> BR\_DFANBSB\_AA1\_0\_INF\_0092 p.78.



desaparecimento (ocultação de cadáver), mas toda a sociedade, submetida à censura, à espionagem, à desconfiança, à perseguição política, ao controle ideológico etc. E, por fim, mas não menos importante, a terceira linha a destacar é a íntima e indissociável relação desse passado recente com nosso presente, assumindo que a falta de responsabilização dos criminosos de ontem alimenta a perpetuação da impunidade, assim como a incipiente transformação nos mecanismos que possibilitaram o terrorismo de Estado segue ameaçando nosso precário Estado de direito.

#### Referências bibliográficas:

- Arquivo Nacional do Brasil. Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal - COREG / Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN/AN). Fundo ASI/UnB.
- BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. (2009). “Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. pp.173-193.
- FICO, Carlos (2001). *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. 269p.
- PARUCKER, Paulo (2013). Notas sobre um passado logo ali: a UnB na teia de segurança e informações (1964-1985). Disponível em <http://www.asselegis.org.br/articles/unb-na-teia-de-seguranca-e-informacoes-1964-1985>. Acesso em 28/03/2015.